

## PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito na Bahia. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia — UFBA, da Escola da Magistratura do Estado da Bahia e do Curso LFG. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

## RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador-BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Especialização *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado III da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em *Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil* pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro (e ex-Presidente) do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM.

# 1 NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

PARTE GERAL

22ª edição

revista, ampliada e atualizada

2020

saraiva  jur



Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC**

sac.sets@somoseducacao.com.br

|   |   |
|---|---|
| <b>Direção executiva</b>                          | Flávia Alves Bravin   |
| <b>Direção editorial</b>                          | Renata Pascual Müller   |
| <b>Gerência editorial</b>                         | Roberto Navarro   |
| <b>Gerência de produção e planejamento</b>        | Ana Paula Santos Matos  |
| <b>Gerência de projetos e serviços editoriais</b> | Fernando Penteado   |
| <b>Consultoria acadêmica</b>                      | Murilo Angeli Dias dos Santos   |
| <b>Planejamento</b>                               | Clarissa Boraschi Maria (coord.)  |
| <b>Novos projetos</b>                             | Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite  |
| <b>Edição</b>                                     | Eveline Gonçalves Denardi (coord.)<br>Aline Darcy Flôr de Souza   |
| <b>Produção editorial</b>                         | Fernanda Matajs (coord.)<br>Luciana Cordeiro Shirakawa  |
| <b>Arte e digital</b>                             | Mônica Landi (coord.)<br>Amanda Mota Loyola<br>Camilla Felix Cianelli Chaves<br>Claudirene de Moura Santos Silva<br>Deborah Mattos<br>Guilherme H. M. Salvador<br>Tiago Dela Rosa |
| <b>Projetos e serviços editoriais</b>             | Juliana Bojczuk Fermino<br>Kelli Priscila Pinto<br>Marília Cordeiro<br>Mônica Gonçalves Dias  |
| <b>Diagramação e revisão</b>                      | Know-How Editorial  |
| <b>Capa</b>                                       | Paulo Caetano   |
| <b>Produção gráfica</b>                           | Marli Rampim<br>Sergio Luiz Pereira Lopes   |
| <b>Impressão e acabamento</b>                     | Corprint  |

**ISBN 978-85-536-0771-6 obra completa**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**

Gagliano, Pablo Stolze ; Pamplona Filho, Rodolfo

Novo curso de direito civil, volume 1 : parte geral / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 22. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.  
584 p.

**Bibliografia**

ISBN 978-85-536-1496-7 (impresso)

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

20-0173

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil

347(81)

**Data de fechamento da edição: 2-12-2019**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606200 CAE 716942

## Índice

|   |    |
|---|----|
| <i>Agradecimentos</i> .....                         | 7  |
| <i>Uma Reflexão Sobre o Novo Código Civil</i> ..... | 21 |
| <i>Prefácio à Primeira Edição</i> .....             | 23 |
| <i>Apresentação da Primeira Edição</i> .....        | 25 |
| <i>Nota dos Autores</i> .....                       | 29 |

## Capítulo I

### Noções Elementares de Direito

|  |    |
|--|----|
| 1. Objetivo do capítulo .....  | 31 |
| 2. Noções propedêuticas de direito .....   | 31 |
| 2.1. Etimologia .....  | 31 |
| 2.2. Conceito .....  | 32 |
| 2.3. Outras acepções qualificadas da expressão “direito” .....                               | 34 |
| 2.4. Direito e moral .....   | 35 |
| 2.5. Direito e poder .....   | 38 |
| 3. Fontes do direito .....   | 39 |
| 3.1. Classificação das fontes .....  | 40 |
| 3.2. Fontes do direito em espécie .....  | 41 |
| 3.2.1. Legislação .....  | 41 |
| a) Características gerais da lei .....   | 41 |
| b) Classificação das leis .....  | 42 |
| 3.2.2. Costume .....   | 46 |
| 3.2.3. Jurisprudência .....  | 49 |
| 3.2.4. Doutrina .....  | 52 |
| 3.2.5. Analogia .....  | 52 |
| 3.2.6. Princípios gerais do direito .....  | 53 |
| 3.2.7. Equidade .....  | 54 |
| 4. Algumas palavras sobre os sistemas jurídicos (“civil law” e “common law”) .....           | 57 |
| 5. A dicotomia entre direito público e direito privado e a taxionomia do Direito Civil ..... | 60 |
| 6. Conceito doutrinário e histórico do direito civil .....                                   | 61 |
| 7. Conteúdo do Código Civil .....  | 63 |

## Capítulo II

### A Codificação do Direito Civil

|   |    |
|---|----|
| 1. O sentido da codificação .....   | 65 |
| 2. Argumentos favoráveis e desfavoráveis à codificação.....                           | 67 |
| 3. Antecedentes históricos .....  | 69 |
| 4. A codificação do Direito Civil brasileiro: aspectos históricos e legislativos..... | 71 |
| 5. Descentralização e constitucionalização do Direito Civil.....                      | 75 |
| 6. O Novo Código Civil brasileiro .....   | 80 |
| 7. Princípios norteadores do Código Civil de 2002.....                                | 82 |

## Capítulo III

### Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

|   |     |
|---|-----|
| 1. O objetivo da Lei de Introdução ao Código Civil: ser uma Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....  | 85  |
| 2. Vigência, validade, eficácia e vigor das normas.....   | 87  |
| 3. Aplicação de normas jurídicas.....   | 93  |
| 3.1. Interpretação de normas.....   | 94  |
| 3.2. Algumas noções sobre a integração normativa.....   | 97  |
| 3.3. Aplicação temporal de normas.....  | 98  |
| 3.4. Conflito de normas no tempo (Direito Intertemporal).....   | 104 |
| 3.5. Aplicação espacial de normas.....  | 107 |
| 3.6. Conflito de normas no espaço .....   | 109 |
| 3.7. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB) ..... | 113 |

## Capítulo IV

### Pessoa Natural

|   |     |
|---|-----|
| 1. A personalidade jurídica.....              | 121 |
| 1.1. Conceito.....                            | 121 |
| 1.2. Aquisição da personalidade jurídica..... | 123 |
| 1.3. O nascituro.....                         | 125 |

|  |     |
|--|-----|
| 2. Capacidade de direito e de fato e legitimidade.....   | 131 |
| 2.1. Incapacidade absoluta.....  | 134 |
| 2.2. Incapacidade relativa .....   | 139 |
| 2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.....                                  | 140 |
| 2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos .....                                      | 141 |
| 2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade..... | 143 |
| 2.2.4. Os pródigos.....  | 144 |
| 2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade, jurídica dos silvícolas .....                      | 145 |
| 2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência).....                             | 147 |
| 2.4. Restituição e anulação por conflito de interesses com o representado.....                 | 148 |
| 3. Emancipação.....  | 151 |
| 4. Nome civil .....  | 158 |
| 4.1. Esclarecimentos terminológicos.....   | 159 |
| 4.2. Possibilidade de alteração do nome.....   | 160 |
| 4.3. Tutela jurídica do nome.....  | 165 |
| 5. Estado da pessoa natural.....   | 166 |
| 6. Registro civil.....   | 168 |
| 7. Extinção da pessoa natural .....  | 171 |
| 7.1. Morte civil .....   | 172 |
| 7.2. Morte presumida.....  | 173 |
| 7.2.1. Ausência .....  | 173 |
| a) Curadoria dos bens do ausente.....  | 174 |
| b) Sucessão provisória.....  | 175 |
| c) Sucessão definitiva .....   | 177 |
| d) Retorno do ausente.....   | 178 |
| e) Ausência e dissolução do casamento .....  | 178 |
| 7.2.2. Justificação de óbito.....  | 179 |
| 7.3. Morte simultânea (comoriência).....   | 180 |

## Capítulo V

### Direitos da Personalidade

|  |     |
|--|-----|
| 1. Importância da matéria.....                 | 183 |
| 2. Conceito e denominação.....                 | 184 |
| 3. Natureza dos direitos da personalidade..... | 184 |

|  |     |
|--|-----|
| 4. A construção da teoria dos direitos da personalidade e das liberdades públicas .....  | 188 |
| 5. Titularidade .....  | 189 |
| 6. Características dos direitos da personalidade.....                                    | 192 |
| 6.1. Caráter absoluto.....   | 193 |
| 6.2. Generalidade.....   | 193 |
| 6.3. Extrapatrimonialidade .....   | 194 |
| 6.4. Indisponibilidade.....  | 194 |
| 6.5. Imprescritibilidade .....   | 196 |
| 6.6. Impenhorabilidade .....   | 196 |
| 6.7. Vitaliciedade .....   | 197 |
| 7. Classificação dos direitos da personalidade.....                                      | 197 |
| 7.1. Direito à vida .....  | 198 |
| 7.2. Direito à integridade física.....   | 203 |
| 7.2.1. Direito ao corpo humano.....  | 205 |
| a) Direito ao corpo vivo.....  | 205 |
| b) Direito ao corpo morto (cadáver).....   | 208 |
| 7.2.2. Direito à voz .....   | 211 |
| 7.3. Direito à integridade psíquica .....  | 212 |
| 7.3.1. Direito à liberdade .....   | 212 |
| 7.3.2. Direito à liberdade de pensamento.....  | 216 |
| 7.3.3. Direito às criações intelectuais (autoria científica, artística e literária)..... | 216 |
| 7.3.4. Direito à privacidade.....  | 218 |
| 7.3.5. Direito ao segredo pessoal, profissional e doméstico ....                         | 219 |
| 7.4. Direito à integridade moral .....   | 220 |
| 7.4.1. Direito à honra.....  | 220 |
| 7.4.2. Direito à imagem.....   | 220 |
| 7.4.3. Direito à identidade .....  | 222 |
| 8. A proteção dos direitos da personalidade .....  | 223 |

## Capítulo VI Pessoa Jurídica

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução e conceito.....                                       | 229 |
| 2. Denominações .....   | 231 |
| 3. Natureza jurídica da pessoa jurídica (teorias explicativas)..... | 231 |
| 3.1. Teorias negativistas .....                                     | 232 |

|  |     |
|--|-----|
| 3.2. Teorias afirmativistas.....                                       | 232 |
| 4. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica.....                   | 236 |
| 5. Surgimento da pessoa jurídica.....                                  | 237 |
| 5.1. Sociedades irregulares ou de fato.....                            | 240 |
| 5.2. Grupos despersonalizados.....                                     | 243 |
| 6. Capacidade e representação da pessoa jurídica.....                  | 246 |
| 7. Classificação das pessoas jurídicas.....                            | 250 |
| 7.1. Pessoas jurídicas de direito público.....                         | 251 |
| 7.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....                         | 253 |
| 7.2.1. As associações.....   | 256 |
| 7.2.2. As sociedades.....  | 260 |
| a) Constituição das sociedades.....                                    | 261 |
| b) Classificação das sociedades.....                                   | 262 |
| 7.2.3. As fundações.....   | 266 |
| a) Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial..... | 268 |
| b) Instituição por escritura pública ou testamento.....                | 268 |
| c) Elaboração dos estatutos.....                                       | 269 |
| d) Aprovação dos estatutos.....  | 270 |
| e) Realização do registro civil.....                                   | 272 |
| 7.2.4. As organizações religiosas.....                                 | 274 |
| 7.2.5. Os partidos políticos.....                                      | 275 |
| 7.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada..          | 276 |
| 8. Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas.....           | 279 |
| 9. Desconsideração da personalidade jurídica (“disregard doctrine”)..  | 281 |
| 9.1. Esclarecimentos terminológicos.....                               | 283 |
| 9.2. Hipóteses de aplicação.....                                       | 286 |
| 9.3. Disciplina processual da desconsideração da personalidade.....    | 295 |
| 9.3.1. Reflexões sobre iniciativas legislativas.....                   | 295 |
| 9.3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica          | 298 |
| a) Iniciativa.....   | 299 |
| b) Fundamentos para a desconsideração.....                             | 299 |
| c) Momento da desconsideração.....                                     | 300 |
| d) Contraditório e instrução.....                                      | 303 |
| e) Natureza da decisão.....  | 303 |
| f) Recurso.....  | 304 |
| g) Efeitos da desconsideração.....                                     | 304 |
| 10. Extinção da pessoa jurídica.....                                   | 304 |

## Capítulo VII Domicílio Civil

|    |   |     |
|----|---|-----|
| 1. | Importância da matéria.....                                 | 307 |
| 2. | Conceito.....   | 309 |
| 3. | Morada, residência e domicílio: distinções necessárias..... | 310 |
| 4. | Tratamento legal e mudança de domicílio.....                | 311 |
| 5. | Domicílio aparente ou ocasional.....                        | 313 |
| 6. | Domicílio da pessoa jurídica .....                          | 314 |
| 7. | Espécies de domicílio.....                                  | 315 |

## Capítulo VIII Bens Jurídicos

|    |  |     |
|----|--|-----|
| 1. | Os bens como objeto de relações jurídicas .....                                    | 319 |
| 2. | Bem × coisa.....   | 321 |
| 3. | Patrimônio jurídico .....  | 322 |
| 4. | Classificação dos bens jurídicos.....  | 324 |
|    | 4.1. Dos bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC/2002) .....           | 325 |
|    | 4.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos .....  | 325 |
|    | 4.1.2. Bens imóveis e móveis.....  | 326 |
|    | a) Classificação dos bens imóveis .....  | 327 |
|    | a.1) Imóveis por sua própria natureza.....   | 327 |
|    | a.2) Imóveis por acessão física, industrial ou artificial .....                    | 327 |
|    | a.3) Imóveis por acessão intelectual .....   | 328 |
|    | a.4) Imóveis por determinação legal .....  | 328 |
|    | a.5) Considerações sobre a natureza imobiliária do direito à sucessão aberta ..... | 329 |
|    | b) Classificação dos bens móveis .....   | 330 |
|    | b.1) Móveis por sua própria natureza.....  | 330 |
|    | b.2) Móveis por antecipação.....   | 330 |
|    | b.3) Móveis por determinação legal.....  | 330 |
|    | c) Semoventes .....  | 331 |
|    | 4.1.3. Bens fungíveis e infungíveis .....  | 332 |
|    | 4.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis .....                                      | 333 |
|    | 4.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis .....  | 334 |



|  |     |
|--|-----|
| 4.1.6. Bens singulares e coletivos.....                              | 335 |
| 4.2. Dos bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC/2002) | 335 |
| 4.2.1. Classificação dos bens acessórios .....                       | 336 |
| a) Os frutos.....  | 336 |
| b) Os produtos.....  | 337 |
| c) Os rendimentos.....   | 338 |
| d) As pertenças.....   | 338 |
| e) As benfeitorias.....  | 339 |
| f) As partes integrantes.....  | 341 |
| 4.3. Dos bens públicos e particulares.....                           | 341 |
| 5. Bem de família .....  | 343 |
| 6. Coisas fora do comércio.....                                      | 357 |

## Capítulo IX

### Fato Jurídico em Sentido Amplo

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico.....             | 359 |
| 2. Conceito de fato jurídico em sentido amplo .....                                     | 360 |
| 3. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo .....                             | 360 |
| 4. Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico..... | 362 |
| 4.1. Aquisição de direitos .....  | 362 |
| 4.2. Modificação de direitos.....   | 364 |
| 4.3. Conservação de direitos .....  | 364 |
| 4.4. Extinção de direitos.....  | 365 |
| 5. Fato jurídico em sentido estrito.....  | 365 |
| 6. Ato-fato jurídico .....  | 367 |
| 7. Ato jurídico em sentido estrito .....  | 369 |

## Capítulo X

### Negócio Jurídico (Noções Gerais)

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução .....   | 375 |
| 2. A transformação da teoria do negócio jurídico.....   | 375 |
| 3. Conceito e teorias explicativas do negócio jurídico .....  | 379 |
| 4. Concepção do negócio jurídico no direito positivo e pelos planos de existência, validade e eficácia..... | 381 |

|  |     |
|--|-----|
| 5. Classificação dos negócios jurídicos..... | 383 |
| 6. Interpretação do negócio jurídico.....    | 386 |

### Capítulo XI

#### Plano de Existência do Negócio Jurídico

|   |     |
|---|-----|
| 1. A concepção do plano de existência.....                      | 389 |
| 2. Elementos constitutivos do negócio jurídico.....             | 390 |
| 2.1. Manifestação de vontade.....                               | 391 |
| 2.2. Agente emissor da vontade.....                             | 392 |
| 2.3. Objeto.....  | 392 |
| 2.4. Forma.....   | 393 |
| 2.5. Algumas palavras sobre a causa nos negócios jurídicos..... | 394 |

### Capítulo XII

#### Plano de Validade do Negócio Jurídico

|   |     |
|---|-----|
| 1. A concepção do plano de validade.....                              | 399 |
| 2. Pressupostos de validade do negócio jurídico.....                  | 400 |
| 2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé.....                   | 401 |
| 2.2. Agente emissor da vontade capaz e legitimado para o negócio..... | 406 |
| 2.2.1. Da representação.....  | 407 |
| 2.3. Objeto lícito, possível e determinado (ou determinável).....     | 409 |
| 2.4. Forma adequada (livre ou legalmente prescrita).....              | 411 |

### Capítulo XIII

#### Defeitos do Negócio Jurídico

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| 1. Introdução.....                 | 415 |
| 2. Vícios do negócio jurídico..... | 415 |
| 2.1. Erro ou ignorância.....       | 415 |
| 2.2. Dolo.....                     | 420 |
| 2.3. Coação.....                   | 425 |
| 2.4. Lesão.....                    | 428 |
| 2.5. Estado de perigo.....         | 436 |
| 2.6. Simulação.....                | 439 |
| 2.7. Fraude contra credores.....   | 444 |

## Capítulo XIV

### Invalidade do Negócio Jurídico

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução .....   | 453 |
| 2. Considerações prévias sobre a inexistência do ato ou negócio jurídico.....       | 455 |
| 3. Nulidade absoluta .....  | 456 |
| 4. Nulidade relativa (anulabilidade) .....  | 461 |
| 5. Quadro geral comparativo: nulidade absoluta × nulidade relativa..                | 467 |
| 6. Conversão do negócio jurídico.....   | 468 |
| 7. Invalidade do negócio jurídico em face do novo conceito de capacidade civil..... | 471 |
| 7.1. A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência)              | 473 |
| 7.2. A pessoa com deficiência e a teoria da invalidade do negócio jurídico.....     | 475 |
| 7.2.1. Pessoa com deficiência tem curador nomeado .....                             | 476 |
| 7.2.2. Pessoa com deficiência tem apoiadores nomeados .....                         | 477 |
| 7.2.3. Pessoa com deficiência sem curador ou apoiador .....                         | 478 |

## Capítulo XV

### Plano de Eficácia do Negócio Jurídico

|   |     |
|---|-----|
| 1. A concepção do plano de eficácia .....                               | 481 |
| 2. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico ... | 481 |
| 2.1. Condição.....  | 482 |
| 2.2. Termo.....   | 491 |
| 2.3. Modo ou encargo.....   | 494 |

## Capítulo XVI

### Prova do Negócio Jurídico

|   |     |
|---|-----|
| 1. Considerações gerais .....                   | 497 |
| 2. Provas, em espécie, do negócio jurídico..... | 500 |
| 2.1. Confissão.....                             | 501 |
| 2.2. Documento .....                            | 503 |
| 2.3. Testemunha .....                           | 510 |
| 2.4. Presunções .....                           | 514 |

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| 2.5. Perícia.....            | 516 |
| 3. Considerações finais..... | 518 |

## Capítulo XVII

### Ato Ilícito

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções introdutórias e conceituais .....                               | 521 |
| 2. Da inexistência de diferença ontológica entre ilícito civil e penal... | 522 |
| 3. Tratamento no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil.....         | 524 |
| 4. O abuso de direito.....  | 526 |
| 5. Causas excludentes de ilicitude .....                                  | 528 |

## Capítulo XVIII

### Prescrição e Decadência

|   |     |
|---|-----|
| 1. O tempo como fato jurídico.....  | 531 |
| 2. Fundamentos sociais da limitação temporal de direitos e pretensões ..  | 532 |
| 3. Noções conceituais.....  | 533 |
| 4. Distinção entre prescrição e decadência .....  | 539 |
| 4.1. Critérios tradicionais .....   | 540 |
| 4.2. Fundamento doutrinário para distinção “a priori” de prescrição e decadência .....                            | 542 |
| 4.2.1. Classificação dos direitos subjetivos quanto à finalidade  | 542 |
| a) Direitos a uma prestação .....   | 542 |
| b) Direitos potestativos .....  | 543 |
| b.1) Exercitáveis mediante simples declaração de vontade do titular .....   | 543 |
| b.2) Exercitáveis mediante declaração de vontade do titular, com exigência judicial no caso de resistência.....   | 543 |
| b.3) Exercitáveis mediante ajuizamento obrigatório de ação judicial.....  | 544 |
| 4.2.2. Classificação moderna das ações.....   | 544 |
| 4.2.3. Correspondência entre os institutos da prescrição e decadência com a tutela jurisdicional pretendida ..... | 545 |
| 5. A prescrição e a decadência no Novo Código Civil.....  | 545 |

|  |     |
|--|-----|
| 6. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....             | 549 |
| 7. Causas interruptivas da prescrição.....                         | 554 |
| 8. Prazos de prescrição no Novo Código Civil.....                  | 560 |
| 9. Prazos de decadência no Novo Código Civil.....                  | 565 |
| 10. Prazos prescricionais em matéria de Direito Intertemporal..... | 566 |
| <i>Referências</i> .....   | 571 |

## PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Já ministrou palestras e cursos em diversas instituições brasileiras, inclusive no Supremo Tribunal Federal. Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual e da Academia Brasileira de Direito Civil.

## RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador-BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Especialização *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado III da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em *Estudios en Derechos Sociales* para *Magistrados de Trabajo de Brasil* pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro (e ex-Presidente) do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM.

# NOVO CURSO DE **2** DIREITO CIVIL

OBRIGAÇÕES

22ª edição  
revista e atualizada  
2021

saraiva 

ISBN 978-85-536-0771-6 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@comoseseducacao.com.br

|  |   |
|--|---|
| <b>Diretoria executiva</b>                       | Flávia Alves Bravin   |
| <b>Diretoria editorial</b>                       | Renata Pascual Müller   |
| <b>Gerência de projetos e produção editorial</b> | Fernando Penteado   |
| <b>Planejamento</b>                              | Josiane de Araujo Rodrigues   |
| <b>Novos projetos</b>                            | Sérgio Lopes de Carvalho<br>Dália Costa de Oliveira   |
| <b>Edição</b>                                    | Clarissa Boraschi Maria (coord.)<br>Aline Darcy Flôr de Souza   |
| <b>Produção editorial</b>                        | Danielle Debora de Souza (coord.)<br>Rosana Peroni Fazolani   |
| <b>Arte e digital</b>                            | Mônica Landi (coord.)<br>Camilla Felix Cianelli Chaves<br>Claudirene de Moura Santos Silva<br>Deborah Mattos<br>Guilherme H. M. Salvador<br>Tiago Dela Rosa |
| <b>Projetos e serviços editoriais</b>            | Daniela Maria Chaves Carvalho<br>Kelli Priscila Pinto<br>Laura Paraíso Buldrini Flogônio<br>Marília Cordeiro<br>Nicolly Wasconcelos Razuk                   |
| <b>Diagramação</b>                               | Edson Colobone  |
| <b>Revisão</b>                                   | Carolina Massanhi   |
| <b>Capa</b>                                      | Paulo Caetano   |
| <b>Produção gráfica</b>                          | Marli Rampim<br>Sergio Luiz Pereira Lopes   |
| <b>Impressão e acabamento</b>                    | Gráfica Paym  |

Gagliano, Pablo Stolze ; Pamplona Filho, Rodolfo

Novo curso de direito civil – Obrigações – vol. 2 / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 22. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.  
416 p.**Bibliografia**  
ISBN 978-85-5559-460-7 (Impresso)

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

20-0763

CDD 340  
CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil

**Data de fechamento da edição: 6-1-2021**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606799 CAE 750802

# Índice

|   |    |
|---|----|
| <i>Agradecimentos</i> .....                                       | 7  |
| <i>O muito obrigado de quem, ensinando, só faz aprender</i> ..... | 19 |
| <i>Prefácio à Primeira Edição</i> .....                           | 21 |
| <i>Apresentação da Primeira Edição</i> .....                      | 23 |
| <i>Nota dos Autores</i> .....                                     | 25 |

## Capítulo I Introdução ao Direito das Obrigações

|  |    |
|--|----|
| 1. Considerações iniciais .....                                  | 27 |
| 2. Conceito e importância do Direito das Obrigações .....        | 27 |
| 3. Evolução histórica do Direito das Obrigações .....            | 28 |
| 4. Âmbito do Direito das Obrigações .....                        | 29 |
| 5. Distinções fundamentais entre Direitos Pessoais e Reais ..... | 31 |
| 5.1. Figuras híbridas entre Direitos Pessoais e Reais .....      | 34 |
| 6. Considerações terminológicas .....                            | 35 |
| 6.1. Conceitos correlatos .....                                  | 36 |
| 7. O Direito das Obrigações no Código Civil de 1916.....         | 37 |
| 8. O Direito das Obrigações no Código Civil de 2002.....         | 38 |

## Capítulo II Estrutura da Obrigação

|  |    |
|--|----|
| 1. Noções gerais .....   | 41 |
| 2. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional .....      | 42 |
| 3. Elemento objetivo: a prestação .....                            | 43 |
| 4. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor ..... | 45 |

## Capítulo III Fontes das Obrigações

|                     |    |
|---------------------|----|
| 1. Introdução ..... | 47 |
|---------------------|----|



|  |    |
|--|----|
| 2. As fontes das obrigações no Direito Romano.....                               | 48 |
| 3. Classificação moderna das fontes das obrigações .....                         | 49 |
| 4. As fontes das obrigações no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil ..... | 52 |

## Capítulo IV Objeto da Obrigação — A Prestação

|  |    |
|--|----|
| 1. Considerações iniciais.....                     | 53 |
| 2. Características fundamentais da prestação ..... | 55 |
| 2.1. Licitude.....                                 | 57 |
| 2.2. Possibilidade.....                            | 57 |
| 2.3. Determinabilidade.....                        | 58 |
| 3. Principais modalidades de prestações.....       | 59 |

## Capítulo V Classificação Básica das Obrigações

|   |    |
|---|----|
| 1. Introdução .....   | 63 |
| 2. Classificação básica .....   | 63 |
| 2.1. Obrigações de dar .....  | 64 |
| 2.1.1. Obrigações de dar coisa certa .....  | 64 |
| 2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta.....   | 68 |
| 2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias)....                        | 71 |
| 2.2. Obrigações de fazer.....   | 75 |
| 2.2.1. Descumprimento culposo das obrigações de fazer: a sua tutela jurídica.....     | 77 |
| 2.3. Obrigações de não fazer.....   | 85 |
| 2.3.1. Descumprimento culposo das obrigações de não fazer: a sua tutela jurídica..... | 86 |

## Capítulo VI Classificação Especial das Obrigações

|   |    |
|---|----|
| 1. Outros critérios metodológicos adotados para a classificação das obrigações..... | 89 |
| 2. Classificação especial das obrigações.....                                       | 90 |
| 3. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos).....              | 91 |
| 3.1. Obrigações fracionárias .....  | 91 |

|   |     |
|---|-----|
| 3.2. Obrigações conjuntas.....  | 92  |
| 3.3. Obrigações disjuntivas.....  | 93  |
| 3.4. Obrigações solidárias.....   | 94  |
| 3.4.1. A solidariedade.....   | 94  |
| 3.4.1.1. Solidariedade ativa.....                                       | 96  |
| 3.4.1.2. Solidariedade passiva.....                                     | 101 |
| 3.4.2. Subsidiariedade.....   | 106 |
| 4. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação) ..... | 109 |
| 4.1. Obrigações alternativas.....                                       | 109 |
| 4.2. Obrigações facultativas.....                                       | 112 |
| 4.3. Obrigações cumulativas.....  | 113 |
| 4.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....                          | 113 |
| 4.5. Obrigações líquidas e ilíquidas.....                               | 117 |
| 4.5.1. Conceito de liquidação.....                                      | 118 |
| 4.5.2. Modalidades de liquidação.....                                   | 119 |
| 5. Classificação especial quanto ao elemento acidental.....             | 124 |
| 5.1. Obrigações condicionais.....                                       | 124 |
| 5.2. Obrigações a termo.....  | 125 |
| 5.3. Obrigações modais.....   | 125 |
| 6. Classificação especial quanto ao conteúdo.....                       | 126 |
| 6.1. Obrigações de meio.....  | 126 |
| 6.2. Obrigações de resultado.....                                       | 126 |
| 6.3. Obrigações de garantia.....  | 127 |

## Capítulo VII

### Obrigação Natural

|  |     |
|--|-----|
| 1. Noções conceituais.....   | 129 |
| 2. Uma rápida visão das obrigações naturais no Direito Romano..... | 129 |
| 3. Fundamentos e natureza jurídica da obrigação natural.....       | 131 |
| 4. Classificação das obrigações naturais.....                      | 133 |
| 5. Disciplina das obrigações naturais no Direito brasileiro.....   | 134 |

## Capítulo VIII

### Teoria do Pagamento — Condições Subjetivas e Objetivas

|   |     |
|---|-----|
| 1. Sentido da expressão “pagamento” e seus elementos fundamentais | 137 |
| 2. Natureza jurídica do pagamento.....                            | 139 |
| 3. Condições subjetivas do pagamento.....                         | 140 |
| 3.1. De quem deve pagar.....                                      | 140 |

|  |     |
|--|-----|
| 3.2. Daqueles a quem se deve pagar.....  | 145 |
| 4. Condições objetivas do pagamento.....                                       | 151 |
| 4.1. Do objeto do pagamento e sua prova .....                                  | 151 |
| 4.2. Do lugar do pagamento .....   | 156 |
| 4.3. Do tempo do pagamento.....  | 159 |
| 5. Teoria do adimplemento substancial ( <i>substantial performance</i> ) ..... | 160 |

## Capítulo IX Formas Especiais de Pagamento

|  |     |
|--|-----|
| 1. Considerações gerais sobre formas de extinção das obrigações..... | 167 |
| 2. Enumerando as formas especiais de pagamento.....                  | 167 |

## Capítulo X Consignação em Pagamento

|  |     |
|--|-----|
| 1. Noções gerais e conceituais.....  | 169 |
| 2. Natureza jurídica do pagamento em consignação.....                                | 170 |
| 3. Hipóteses de ocorrência .....   | 171 |
| 4. Requisitos de validade .....  | 174 |
| 5. Possibilidade de levantamento do depósito pelo devedor .....                      | 175 |
| 6. Consignação de coisa certa e de coisa incerta .....                               | 176 |
| 7. Despesas processuais.....   | 178 |
| 8. Prestações periódicas .....   | 178 |
| 9. Regras procedimentais para a consignação em pagamento.....                        | 179 |
| 9.1. Consignação extrajudicial.....  | 179 |
| 9.2. Aplicabilidade da consignação extrajudicial nas relações<br>trabalhistas.....   | 184 |
| 9.3. Consignação judicial em pagamento.....  | 185 |
| 9.4. O procedimento judicial trabalhista da ação de consignação<br>em pagamento..... | 189 |

## Capítulo XI Pagamento com Sub-rogação

|   |     |
|---|-----|
| 1. Compreensão da palavra “sub-rogação” ..... | 195 |
| 2. Conceito e espécies .....                  | 196 |

|  |     |
|--|-----|
| 2.1. Pagamento com sub-rogação legal.....        | 197 |
| 2.2. Pagamento com sub-rogação convencional..... | 200 |
| 3. Efeitos jurídicos da sub-rogação.....         | 201 |

## Capítulo XII Imputação do Pagamento

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções introdutórias.....                  | 205 |
| 2. Conceito e requisitos.....                 | 205 |
| 3. Imputação do credor e imputação legal..... | 206 |

## Capítulo XIII Dação em Pagamento

|   |     |
|---|-----|
| 1. Conceito.....                          | 209 |
| 2. Requisitos da dação em pagamento.....  | 210 |
| 3. Evição da coisa dada em pagamento..... | 211 |
| 4. Dação <i>pro solvendo</i> .....        | 212 |

## Capítulo XIV Novação

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução.....                                    | 215 |
| 2. Conceito.....                                      | 215 |
| 3. Requisitos.....                                    | 216 |
| 4. Espécies.....                                      | 221 |
| 4.1. Novação objetiva.....                            | 221 |
| 4.2. Novação subjetiva (ativa, passiva ou mista)..... | 221 |
| 4.3. Novação mista.....                               | 224 |
| 5. Efeitos.....                                       | 225 |

## Capítulo XV Compensação

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução.....                      | 227 |
| 2. Conceito e espécies.....             | 227 |
| 3. Requisitos da compensação legal..... | 229 |

|  |     |
|--|-----|
| 4. Hipóteses de impossibilidade de compensação.....                  | 231 |
| 5. Compensação de dívidas fiscais.....                               | 232 |
| 6. Aplicabilidade supletiva das regras da imputação do pagamento.... | 234 |

## Capítulo XVI Transação

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| 1. Noções conceituais.....         | 237 |
| 2. Elementos constitutivos.....    | 237 |
| 3. Natureza jurídica.....          | 238 |
| 4. Espécies.....                   | 240 |
| 5. Forma.....                      | 240 |
| 6. Objeto.....                     | 241 |
| 7. Características principais..... | 241 |
| 8. Efeitos.....                    | 243 |

## Capítulo XVII Compromisso (Arbitragem)

|  |     |
|--|-----|
| 1. Noções introdutórias.....   | 247 |
| 2. Conceito de arbitragem.....   | 248 |
| 3. Esclarecimentos terminológicos.....   | 249 |
| 4. Classificação da arbitragem no sistema de mecanismos de solução de conflitos..... | 250 |
| 5. Breve relato da experiência histórica brasileira do uso de arbitragem             | 251 |
| 6. Características gerais positivas da arbitragem.....                               | 252 |
| 6.1. Celeridade.....   | 252 |
| 6.2. Informalidade do procedimento.....  | 253 |
| 6.3. Confiabilidade.....   | 254 |
| 6.4. Especialidade.....  | 254 |
| 6.5. Confidencialidade ou sigilo.....  | 254 |
| 6.6. Flexibilidade.....  | 255 |
| 7. Natureza jurídica do compromisso e da arbitragem.....                             | 255 |
| 8. Espécies de arbitragem.....   | 256 |
| 8.1. Quanto ao modo.....   | 257 |

|  |     |
|--|-----|
| 8.2. Quanto ao espaço .....  | 257 |
| 8.3. Quanto à forma de surgimento.....   | 258 |
| 8.4. Quanto aos fundamentos da decisão .....   | 258 |
| 8.5. Quanto à liberdade de decisão do árbitro.....                                       | 258 |
| 9. Arbitragem × Poder Judiciário .....   | 259 |
| 10. A Lei de Arbitragem (Lei n. 9.307/96 — “Lei Marco Maciel”).....                      | 265 |
| 11. Procedimento da arbitragem.....  | 265 |
| 12. Incidência da arbitragem na legislação trabalhista brasileira.....                   | 268 |
| 13. Considerações críticas sobre a utilização da arbitragem na sociedade brasileira..... | 270 |

## Capítulo XVIII

### Confusão

|  |     |
|--|-----|
| 1. Conceito .....                                | 273 |
| 2. Espécies .....                                | 273 |
| 3. Efeitos e restabelecimento da obrigação ..... | 274 |

## Capítulo XIX

### Remissão

|  |     |
|--|-----|
| 1. Noções introdutórias e conceituais..... | 275 |
| 2. Esclarecimentos terminológicos .....    | 276 |
| 3. Requisitos da remissão da dívida.....   | 277 |
| 4. Espécies de remissão .....              | 279 |
| 5. Remissão a codevedor.....               | 280 |

## Capítulo XX

### Transmissão das Obrigações: Cessão de Crédito, Cessão de Débito (Assunção de Dívida) e Cessão de Contrato

|                                |     |
|--------------------------------|-----|
| 1. Introdução .....            | 281 |
| 2. Cessão de crédito .....     | 282 |
| 2.1. Conceito e espécies ..... | 282 |
| 2.2. Institutos análogos.....  | 283 |

|   |     |
|---|-----|
| 2.3. Exemplificação e disciplina legal .....                    | 283 |
| 2.4. Notificação do devedor e responsabilidade do cedente ..... | 286 |
| 3. Cessão de débito (assunção de dívida) .....                  | 288 |
| 4. Cessão de contrato .....                                     | 291 |
| 4.1. Cessão do contrato de trabalho .....                       | 293 |

## Capítulo XXI Inadimplemento Absoluto das Obrigações

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções introdutórias: o ciclo vital da obrigação ..... | 301 |
| 2. O inadimplemento culposo da obrigação .....            | 302 |
| 3. Inadimplemento fortuito da obrigação .....             | 305 |

## Capítulo XXII Inadimplemento Relativo das Obrigações      A Mora

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução .....  | 309 |
| 2. Mora do devedor ( <i>solvendi</i> ou <i>debendi</i> ) .....   | 310 |
| 3. Mora do credor ( <i>accipiendi</i> ou <i>credendi</i> ) ..... | 315 |
| 4. Purgação e cessação da mora .....                             | 318 |

## Capítulo XXIII Perdas e Danos

|  |     |
|--|-----|
| 1. Consequências do inadimplemento culposo da obrigação .....                    | 321 |
| 2. Perdas e danos .....  | 322 |
| 3. O dever de mitigar o próprio prejuízo ( <i>duty to mitigate the loss</i> )... | 330 |
| 4. Juros .....   | 335 |
| 4.1. Conceito e espécies .....   | 335 |
| 4.2. Juros no processo do trabalho .....   | 340 |
| 4.3. Juros e atividade bancária .....  | 341 |

## Capítulo XXIV Prisão Civil

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução .....                      | 347 |
| 2. Breve histórico da prisão civil ..... | 347 |

|  |     |
|--|-----|
| 3. Conceito e o tratamento da prisão civil no Direito brasileiro.....  | 348 |
| 3.1. Da prisão civil decorrente de inadimplemento de obrigação alimentar.....  | 349 |
| 3.2. Da prisão civil decorrente da condição de depositário infiel...   | 356 |
| 3.2.1. Da caracterização da condição de depositário infiel.....  | 357 |
| 3.2.2. A saga da prisão civil do depositário infiel — da previsão constitucional à ilicitude.....                                    | 359 |
| 3.2.3. Da consequência jurídica da caracterização como depositário infiel, ante a impossibilidade de decretação da prisão civil..... | 361 |
| 3.2.4. Breves considerações críticas sobre a prisão civil do devedor na alienação fiduciária.....                                    | 361 |

## Capítulo XXV Cláusula Penal

|  |     |
|--|-----|
| 1. Conceito e espécies.....  | 367 |
| 2. Cláusula penal compensatória e cláusula penal moratória no direito positivo brasileiro..... | 369 |
| 3. A nulidade da obrigação principal e a cláusula penal.....                                   | 375 |
| 4. Cláusula penal e institutos jurídicos semelhantes.....                                      | 376 |

## Capítulo XXVI Arras Confirmatórias e Arras Penitenciais

|  |     |
|--|-----|
| 1. Disciplina normativa das arras no Código Civil de 1916 e no de 2002 | 379 |
| 2. Conceito de arras.....  | 379 |
| 3. Modalidades de arras ou sinal.....                                  | 380 |
| 3.1. Arras confirmatórias.....   | 380 |
| 3.2. Arras penitenciais.....   | 382 |
| 4. Arras e cláusula penal.....   | 384 |

## Capítulo XXVII Atos Unilaterais

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| 1. Noções introdutórias.....       | 385 |
| 2. Promessa de recompensa.....     | 385 |
| 2.1. Pressupostos de validade..... | 386 |



|   |     |
|---|-----|
| 2.2. Possibilidade de revogação .....                   | 387 |
| 2.3. Concorrência de interessados .....                 | 387 |
| 2.4. Concursos com promessa pública de recompensa ..... | 387 |
| 3. Gestão de negócios .....                             | 388 |
| 3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio .....    | 389 |

## Capítulo XXVIII

### Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções introdutórias .....             | 391 |
| 2. Enriquecimento sem causa.....          | 391 |
| 3. Pagamento indevido .....               | 393 |
| 3.1. Espécies de pagamento indevido ..... | 394 |
| 3.2. Pagamento indevido e boa-fé .....    | 395 |
| 3.3. Ação de <i>in rem verso</i> .....    | 397 |

## Capítulo XXIX

### Preferências e Privilégios Creditórios

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções introdutórias .....                                   | 401 |
| 2. Esclarecimentos terminológicos .....                         | 402 |
| 3. Concurso de credores .....                                   | 402 |
| 4. Categorias das preferências no Código Civil brasileiro ..... | 403 |
| 5. Ordem preferencial no Direito brasileiro .....               | 405 |
| <i>Referências</i> .....  | 407 |

## PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Já ministrou palestras e cursos em diversas instituições brasileiras, inclusive no Supremo Tribunal Federal. Membro da Comissão de Juristas da Reforma do Código Civil.

## RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador-BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho do curso de Direito da Universidade Salvador — UNIFACS. Professor Associado da graduação e da pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro (e ex-Presidente) da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont e do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM.

# NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

RESPONSABILIDADE CIVIL

# 3

22ª edição  
revista, ampliada e atualizada  
2024

saraiva 



|  |  |
|--|--|
| <b>Diretoria executiva</b>               | Flávia Alves Bravin  |
| <b>Diretoria editorial</b>               | Ana Paula Santos Matos   |
| <b>Gerência de produção e projetos</b>   | Fernando Penteado  |
| <b>Gerência de conteúdo e aquisições</b> | Thais Cassoli Reato César  |
| <b>Gerência editorial</b>                | Livia Céspedes   |
| <b>Novos projetos</b>                    | Aline Darcy Flôr de Souza<br>Dalila Costa de Oliveira  |
| <b>Edição</b>                            | Daniel Pavani Naveira  |
| <b>Design e produção</b>                 | Jeferson Costa da Silva (coord.)<br>Giselle Cristina da Silva Honorio<br>Alanne Maria<br>Guilherme Salvador<br>Lais Soriano<br>Rosana Peroni Fazolari<br>Tiago Dela Rosa<br>Verônica Pivisan |
| <b>Planejamento e projetos</b>           | Cintia Aparecida dos Santos<br>Daniela Maria Chaves Carvalho<br>Emily Larissa Ferreira da Silva<br>Kelli Priscila Pinto  |
| <b>Diagramação</b>                       | Rafael Cancio Padovan  |
| <b>Revisão</b>                           | Elaine Pires   |
| <b>Capa</b>                              | Deborah Mattos   |
| <b>Produção gráfica</b>                  | Mari Rampim<br>Sergio Luiz Pereira Lopes   |
| <b>Impressão e acabamento</b>            | Gráfica Paym   |

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
ELABORADO POR DOILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR - CRB-8/9949

G135n Gagliano, Pablo ~~Santos~~  
Novo curso de direito civil - v. 3 - Responsabilidade civil / Pablo ~~Santos~~ Gagliano, Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, - 22. ed. - São Paulo : Saraiva, Jur, 2024.  
480 p.  
ISBN: 978-65-5362-973-8  
1. Direito. 2. Direito civil. I. Pamplona Filho, Rodolfo Mário Veiga. II. Título.

2023-2947

CDD 347  
CDU 347

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Civil 347  
2. Direito Civil 347

1167236

**Data de fechamento da edição: 2-1-2024**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 13057 CL 608671 CAE 847856

# Índice

|  |     |
|--|-----|
| <i>Agradecimentos</i> .....  | VII |
| <i>Sobre a Importância do Estudo do Direito Civil</i> .....              | IX  |
| <i>Apresentação da Primeira Edição</i> .....                             | XI  |
| <i>Prefácio à Primeira Edição – Responsabilidade a quatro mãos</i> ..... | XV  |
| <i>Nota dos Autores</i> .....  | XIX |

## Capítulo I

### Introdução à Responsabilidade Jurídica

|   |   |
|---|---|
| 1. Introdução .....   | 1 |
| 2. Conceito jurídico de responsabilidade .....              |   |
| 3. Responsabilidade jurídica × responsabilidade moral.....  | 3 |
| 4. Responsabilidade civil × responsabilidade criminal ..... | 4 |

## Capítulo II

### Noções Gerais de Responsabilidade Civil

|   |    |
|---|----|
| 1. Conceito de responsabilidade civil .....   | 9  |
| 2. Breve notícia histórica da responsabilidade civil .....  | 10 |
| 3. Considerações iniciais sobre as espécies de responsabilidade civil...                          | 13 |
| 3.1. Responsabilidade civil subjetiva × responsabilidade civil objetiva.....                      | 13 |
| 3.2. Responsabilidade civil contratual × responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana..... | 16 |
| 4. Natureza jurídica da responsabilidade civil.....   | 20 |
| 5. Função da reparação civil .....  | 21 |
| 6. Importância do estudo da responsabilidade civil .....  | 23 |

## Capítulo III

### Elementos da Responsabilidade Civil

|  |    |
|--|----|
| 1. Uma visão geral dos elementos da responsabilidade civil ..... | 25 |
|--|----|

|  |    |
|--|----|
| 2. Algumas palavras sobre o elemento (acidental) culpa.....            | 26 |
| 3. Considerações sobre a responsabilidade civil e imputabilidade ..... | 27 |

## Capítulo IV A Conduta Humana

|   |    |
|---|----|
| 1. A conduta humana: primeiro elemento da responsabilidade civil..... | 29 |
| 2. Classificação da conduta humana .....                              | 30 |
| 3. A conduta humana e a ilicitude.....                                | 32 |

## Capítulo V O Dano

|  |    |
|--|----|
| 1. Conceito de dano .....  | 37 |
| 2. Requisitos do dano indenizável .....                                | 41 |
| 3. Espécies de dano: patrimonial, moral e estético.....                | 47 |
| 4. Dano reflexo ou em ricochete .....                                  | 54 |
| 5. Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos..... | 57 |
| 6. Formas de reparação de danos .....                                  | 60 |
| 7. O tempo como um bem jurídico tutelável .....                        | 62 |

## Capítulo VI O Dano Moral

|   |    |
|---|----|
| 1. Introdução .....   | 67 |
| 2. A preocupação do atual Código Civil brasileiro com a questão da moralidade ..... | 68 |
| 3. Conceito e denominação.....  | 69 |
| 4. Breve notícia de precedentes históricos sobre o dano moral .....                 | 70 |
| 4.1. Código de Hamurabi.....  | 71 |
| 4.2. As Leis de Manu .....  | 73 |
| 4.3. O Alcorão .....  | 73 |
| 4.4. A Bíblia Sagrada.....  | 73 |
| 4.5. Grécia antiga.....   | 74 |
| 4.6. Direito Romano .....   | 75 |
| 4.7. Direito Canônico .....   | 77 |
| 4.8. Evolução histórico-legislativa no Brasil .....                                 | 78 |

|  |    |
|--|----|
| 5. Dano moral direto e indireto .....  | 81 |
| 6. Reparabilidade do dano moral .....  | 81 |
| 6.1. Argumentos contra a reparabilidade do dano moral .....                  | 81 |
| 6.1.1. Falta de um efeito penoso durável .....                               | 82 |
| 6.1.2. Incerteza de um verdadeiro direito violado.....                       | 83 |
| 6.1.3. Dificuldade de descobrir a existência do dano.....                    | 83 |
| 6.1.4. Indeterminação do número de pessoas lesadas.....                      | 85 |
| 6.1.5. Impossibilidade de uma rigorosa avaliação em dinheiro.....            | 86 |
| 6.1.6. Imoralidade de compensar uma dor com dinheiro.....                    | 88 |
| 6.1.7. Amplo poder conferido ao juiz.....                                    | 89 |
| 6.1.8. Impossibilidade jurídica da reparação .....                           | 90 |
| 6.2. Natureza jurídica da reparação do dano moral.....                       | 91 |
| 6.3. Cumulatividade de reparações (danos morais, materiais e estéticos)..... | 94 |
| 7. Dano moral e pessoa jurídica .....  | 95 |
| 8. Dano moral e direitos difusos e coletivos .....                           | 97 |
| 9. O dano moral e o meio ambiente de trabalho .....                          | 98 |

## Capítulo VII Nexo de Causalidade

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução .....  | 101 |
| 2. Teorias explicativas do nexo de causalidade .....                             | 102 |
| 2.1. Teoria da equivalência das condições ( <i>conditio sine qua non</i> ) ..... | 102 |
| 2.2. Teoria da causalidade adequada .....  | 104 |
| 2.3. Teoria da causalidade direta ou imediata.....                               | 106 |
| 3. Teoria adotada pelo Código Civil brasileiro .....                             | 108 |
| 4. Causas concorrentes.....  | 112 |
| 5. Concausas .....   | 113 |
| 6. A teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil.....                | 115 |

## Capítulo VIII Causas Excludentes de Responsabilidade Civil e Cláusula de não Indenizar

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução .....                                  | 119 |
| 2. Causas excludentes de responsabilidade civil..... | 119 |

|   |     |
|---|-----|
| 2.1. Estado de necessidade.....   | 120 |
| 2.2. Legítima defesa.....   | 121 |
| 2.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal..... | 124 |
| 2.4. Caso fortuito e força maior.....                                       | 128 |
| 2.5. Culpa exclusiva da vítima.....   | 133 |
| 2.6. Fato de terceiro.....  | 135 |
| 3. Cláusula de não indenizar.....   | 138 |

## Capítulo IX

### A Responsabilidade Civil Subjetiva e a Noção de Culpa

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução.....  | 141 |
| 2. Breve histórico e conceito de culpa: da glória ao declínio.....  | 141 |
| 3. Elementos da culpa.....  | 145 |
| 4. Graus e formas de manifestação da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência e imperícia)..... | 146 |
| 5. Espécies de culpa.....   | 149 |

## Capítulo X

### Responsabilidade Civil Objetiva e a Atividade de Risco

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução.....  | 155 |
| 2. A responsabilidade civil objetiva na legislação especial e na atividade de risco.....                      | 156 |
| 3. Como conciliar a responsabilidade civil objetiva e o art. 944, parágrafo único, do atual Código Civil..... | 163 |

## Capítulo XI

### Responsabilidade Civil por Ato de Terceiro

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução.....  | 167 |
| 2. Tratamento legal da matéria.....   | 167 |
| 3. Responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores.....  | 172 |
| 4. Responsabilidade civil dos tutores e curadores pelos tutelados e curatelados.....                            | 176 |
| 5. Responsabilidade civil do empregador ou comitente pelos atos dos seus empregados, serviços ou prepostos..... | 179 |

|   |     |
|---|-----|
| 6. Responsabilidade civil dos donos de hotéis, hospedarias e estabelecimentos educacionais por ato dos seus hóspedes, moradores e educandos ..... | 184 |
| 7. Responsabilidade civil pelo produto de crime .....   | 185 |
| 8. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.....  | 186 |

## Capítulo XII

### Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa e do Animal

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução .....  | 191 |
| 2. A importância do direito francês .....                              | 192 |
| 3. A doutrina da guarda da coisa e do animal no Brasil .....           | 193 |
| 4. O responsável civil pela guarda da coisa ou do animal .....         | 194 |
| 5. Tratamento legal .....  | 195 |
| 5.1. Responsabilidade civil pela guarda do animal .....                | 195 |
| 5.2. Responsabilidade civil pela ruína de edifício ou construção ..... | 199 |
| 5.3. Responsabilidade civil pelas coisas caídas de edifícios.....      | 202 |
| 6. Questões jurisprudenciais frequentes .....                          | 203 |

## Capítulo XIII

### Responsabilidade Civil Contratual

|   |     |
|---|-----|
| 1. Importância do tema .....                                | 207 |
| 2. Regras positivadas sobre inadimplemento contratual ..... | 207 |
| 3. Responsabilidade civil contratual .....                  | 208 |
| 4. Algumas palavras sobre a cláusula penal .....            | 211 |
| 5. Responsabilidade civil pré-contratual .....              | 211 |
| 5.1. Recusa de contratar .....                              | 212 |
| 5.2. Quebra das negociações preliminares .....              | 214 |
| 6. Responsabilidade civil pós-contratual .....              | 217 |

## Capítulo XIV

### Responsabilidade Civil do Estado

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introduzindo este e os próximos capítulos .....                                 | 219 |
| 2. Evolução das teorias explicativas sobre a responsabilidade civil do Estado..... | 220 |



|  |     |
|--|-----|
| 2.1. Teoria da irresponsabilidade.....   | 220 |
| 2.2. Teorias subjetivistas .....   | 221 |
| 2.2.1. Teoria da culpa civilística.....  | 221 |
| 2.2.2. Teoria da culpa administrativa .....  | 222 |
| 2.2.3. Teoria da culpa anônima.....  | 223 |
| 2.2.4. Teoria da culpa presumida (falsa teoria objetiva).....                      | 224 |
| 2.2.5. Teoria da falta administrativa .....  | 224 |
| 2.3. Teorias objetivistas.....   | 226 |
| 2.3.1. Teoria do risco administrativo.....   | 227 |
| 2.3.2. Teoria do risco integral .....  | 227 |
| 2.3.3. Teoria do risco social.....   | 228 |
| 3. Teoria adotada no sistema jurídico brasileiro.....                              | 228 |
| 4. Algumas palavras sobre a responsabilidade civil do agente material do dano..... | 236 |
| 4.1. A denúncia da lide.....   | 239 |
| 5. Prescrição da pretensão indenizatória contra o Estado.....                      | 240 |

## Capítulo XV Responsabilidade Civil Profissional

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções fundamentais.....   | 243 |
| 2. Conceito de atividade profissional .....   | 243 |
| 3. Natureza jurídica da responsabilidade civil decorrente de danos causados no exercício da profissão .....               | 244 |
| 4. A aplicação do Código de Defesa do Consumidor e do art. 927, parágrafo único, do Código Civil brasileiro de 2002 ..... | 247 |
| 5. Casuística .....   | 248 |
| 5.1. Responsabilidade civil médica .....  | 249 |
| 5.1.1. Identificando obrigações de resultado na atividade médica .....  | 250 |
| 5.1.2. O dever de prestar socorro.....  | 252 |
| 5.1.3. O erro médico .....  | 260 |
| 5.1.4. Responsabilidade civil dos hospitais ou clínicas médicas.....  | 261 |
| 5.1.5. Responsabilidade civil das empresas mantenedoras de planos e seguros privados de assistência à saúde.....          | 263 |
| 5.1.6. Responsabilidade civil odontológica .....  | 265 |
| 5.2. Responsabilidade civil do advogado.....  | 266 |
| 5.2.1. Natureza jurídica da obrigação de prestação de serviços advocatícios .....   | 266 |
| 5.2.2. Responsabilidade civil pela perda de uma chance .....  | 267 |
| 5.2.3. A ofensa irrogada em juízo e suas consequências.....   | 268 |

## Capítulo XVI

### Responsabilidade Civil nas Relações de Trabalho

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 1.     | Noções Gerais.....   | 271 |
| 2.     | Compreendendo a caracterização jurídica da relação de emprego.....               | 272 |
| 2.1.   | Considerações terminológicas.....  | 272 |
| 2.2.   | Elementos essenciais para a configuração da relação de emprego.....              | 274 |
| 2.3.   | Sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador.....                      | 276 |
| 3.     | Disciplina e importância da responsabilidade civil nas relações de trabalho..... | 278 |
| 3.1.   | Responsabilidade civil do empregador por ato do empregado.....                   | 278 |
| 3.2.   | Responsabilidade civil do empregado em face do empregador.....                   | 279 |
| 3.3.   | O litisconsórcio facultativo e a denúncia da lide.....                           | 280 |
| 3.4.   | Responsabilidade civil do empregador por dano ao empregado.....                  | 282 |
| 3.4.1. | Responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho.....                   | 284 |
| 3.5.   | Responsabilidade civil em relações triangulares de trabalho.....                 | 291 |

## Capítulo XVII

### Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 1.   | Introdução: o Código de Defesa do Consumidor.....                                       | 299 |
| 1.1. | Partes na relação de consumo: fornecedor e consumidor.....                              | 301 |
| 1.2. | Objeto da relação de consumo: produto ou serviço.....                                   | 303 |
| 2.   | Responsabilidade civil pelo fato do produto ou serviço (acidente de consumo).....       | 311 |
| 2.1. | A responsabilidade civil dos profissionais liberais.....                                | 321 |
| 2.2. | Prazo prescricional para a pretensão reparatória decorrente do acidente de consumo..... | 323 |
| 3.   | Responsabilidade civil pelo vício do produto ou serviço.....                            | 323 |
| 4.   | Responsabilidade civil pela inserção do nome do consumidor nos bancos de dados.....     | 326 |

## Capítulo XVIII

### Responsabilidade Civil do Transportador

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 1.   | Considerações iniciais.....              | 333 |
| 2.   | O contrato de transporte.....            | 335 |
| 2.1. | Transporte de coisas ou mercadorias..... | 335 |

|  |     |
|--|-----|
| 2.2. Transporte de pessoas.....                    | 340 |
| 3. Transporte gratuito.....                        | 347 |
| 4. Visão geral sobre o transporte aeronáutico..... | 350 |

## Capítulo XIX

### Responsabilidade Civil do Empreiteiro, Construtor e Incorporador

|  |     |
|--|-----|
| 1. Noções fundamentais.....  | 355 |
| 2. Contratos de empreitada, construção e incorporação imobiliária.....         | 356 |
| 3. Responsabilidade civil do empreiteiro, do construtor e do incorporador..... | 358 |
| 4. Incidência do Código de Defesa do Consumidor.....                           | 367 |
| 5. Responsabilidade trabalhista na atividade de construção civil.....          | 369 |

## Capítulo XX

### Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras

|   |     |
|---|-----|
| 1. Esclarecimento terminológico.....  | 371 |
| 2. Perspectivas de análise da responsabilidade civil.....                                       | 372 |
| 2.1. Responsabilidade civil em face dos seus agentes.....                                       | 372 |
| 2.2. Responsabilidade civil em face dos seus clientes/consumidores.....                         | 372 |
| 2.2.1. Responsabilidade civil pelo pagamento de cheque falso.....                               | 375 |
| 2.2.2. Responsabilidade civil pelo furto ou roubo dos bens depositados em cofres bancários..... | 381 |
| 2.3. Responsabilidade civil em face de terceiros.....   | 383 |

## Capítulo XXI

### Responsabilidade Civil Decorrente de Crime

|  |     |
|--|-----|
| 1. Jurisdição civil × jurisdição penal.....  | 387 |
| 2. Efeitos civis da sentença penal condenatória: a execução civil da sentença penal e a ação civil <i>ex delicto</i> ..... | 389 |

Capítul● XXII  
A Ação de Indenização (Aspectos Processuais da  
Responsabilidade Civil)

|   |     |
|---|-----|
| 1. Algumas palavras sobre a proposta do último capítulo.....                                    | 395 |
| 2. A indenização .....  | 395 |
| 3. Métodos para fixação da indenização .....  | 397 |
| 4. Tarifações legais de indenização .....   | 399 |
| 4.1. Danos causados por demanda de dívida inexigível.....                                       | 399 |
| 4.2. Danos à vida e à integridade física da pessoa.....   | 400 |
| 4.3. Danos decorrentes de usurpação e esbulho .....   | 401 |
| 4.4. Indenização por injúria, difamação ou calúnia .....  | 401 |
| 4.5. Indenização por ofensa à liberdade pessoal .....   | 402 |
| 5. Quantificação de indenizações por danos morais.....  | 402 |
| 5.1. Critérios de quantificação .....   | 403 |
| 5.1.1. Arbitramento.....  | 403 |
| 5.1.2. Indenizações com parâmetros tarifados .....  | 407 |
| 5.1.3. Parâmetros de quantificação de danos extrapatrimoniais<br>na “Reforma Trabalhista” ..... | 421 |
| 5.1.4. Outros critérios para fixação de valor de indenização<br>por danos morais .....          | 424 |
| 5.2. Algumas palavras sobre o bom-senso do julgador .....                                       | 425 |
| 5.3. Cumulatividade da reparação por danos morais e materiais ...                               | 429 |
| 6. A questão da culpa para a fixação da indenização.....  | 430 |
| 7. A legitimação para demandar pela indenização.....  | 433 |
| <i>Referências</i> .....  | 437 |